



Avaliação Externa em Larga Escala e seus Impactos na Gestão Escolar e no Trabalho Docente

Large-Scale External Assessment and Its Impacts on School Management and Teaching Practice

Conceição de Maria da Silva Moita

Cid-Nei Vasconcelos

Resumo: As avaliações externas em larga escala consolidaram-se como instrumentos centrais das políticas educacionais brasileiras, influenciando diretamente a gestão escolar, o trabalho docente e os processos de monitoramento da aprendizagem. Este estudo teve como objetivo analisar os impactos das avaliações externas em larga escala no contexto da educação básica brasileira, considerando seus fundamentos, usos e implicações pedagógicas e institucionais. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, de abordagem qualitativa, desenvolvida a partir de produções científicas publicadas entre 2015 e 2024, localizadas nas bases Google Acadêmico, SciELO e Periódicos CAPES, utilizando descritores relacionados à avaliação educacional, gestão escolar e trabalho docente. Os resultados evidenciam que, embora as avaliações externas contribuam para a produção de diagnósticos sobre o desempenho dos estudantes e para o acompanhamento das políticas públicas, seu uso predominante como mecanismo de controle e responsabilização tende a favorecer a padronização curricular, a intensificação do trabalho docente e a redução da autonomia pedagógica das escolas. Observou-se, ainda, que a fragilidade da formação docente em avaliação educacional limita a apropriação crítica dos resultados e dificulta sua utilização pedagógica. Conclui-se que as avaliações externas possuem potencial formativo, desde que seus resultados sejam analisados de forma contextualizada, coletiva e articulada ao projeto político-pedagógico da escola, contribuindo para práticas avaliativas mais democráticas e reflexivas.

Palavras-chave: avaliação externa; avaliação em larga escala; gestão escolar; trabalho docente; políticas educacionais.

Abstract: Large-scale external assessments have become central instruments of Brazilian educational policies, directly influencing school management, teaching practices, and learning monitoring processes. This study aimed to analyze the impacts of large-scale external assessments within the context of Brazilian basic education, considering their foundations, uses, and pedagogical and institutional implications. This is a qualitative bibliographic study based on scientific publications produced between 2015 and 2024, collected from Google Scholar, SciELO, and CAPES Journals databases, using descriptors related to educational assessment, school management, and teaching work. The results indicate that, although external assessments contribute to the production of diagnoses regarding student performance and the monitoring of public policies, their predominant use as mechanisms of control and accountability tends to promote curricular standardization, intensify teaching work, and reduce schools' pedagogical autonomy. It was also observed that weaknesses in teacher education regarding educational assessment limit the critical appropriation of assessment results and hinder their pedagogical use. It is concluded that large-scale external assessments have formative potential, provided that their results are analyzed in a contextualized, collective manner and articulated with the school's pedagogical project, contributing to more democratic and reflective assessment practices.

Keywords: external assessment; large-scale assessment; school management; teaching work; educational policies.

INTRODUÇÃO

A avaliação externa em larga escala consolidou-se, nas últimas décadas, como um dos principais instrumentos das políticas educacionais no Brasil, assumindo papel central na regulação dos sistemas de ensino, no monitoramento da aprendizagem e na definição de metas e indicadores de qualidade. Vinculadas a exames padronizados, como o Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) e avaliações estaduais e municipais, essas práticas têm sido amplamente utilizadas para subsidiar decisões governamentais e orientar a gestão educacional (Alavarse; Chappaz; Freitas, 2021; Arcas *et al.*, 2019).

No contexto escolar, entretanto, as avaliações externas em larga escala suscitam debates e controvérsias. Pesquisas indicam que, embora possam fornecer diagnósticos relevantes sobre o desempenho dos estudantes, esses instrumentos frequentemente produzem tensões entre controle, responsabilização e autonomia pedagógica, impactando o trabalho docente e a organização curricular (Chappaz; Alavarse, 2018; Pinto, 2015). Em muitos casos, os resultados das avaliações passam a orientar práticas pedagógicas de forma prescritiva, reduzindo a complexidade do processo educativo a indicadores quantitativos.

Outro aspecto relevante refere-se à formação de professores para lidar criticamente com as avaliações externas. Estudos apontam lacunas significativas na formação inicial e continuada no que diz respeito à avaliação educacional, o que limita a apropriação pedagógica dos dados produzidos pelas avaliações em larga escala (Freitas, 2019; Garcia; Mielo; Wandercil, 2023). A ausência de uma formação consistente tende a reforçar o uso instrumental e tecnicista desses resultados, em detrimento de análises contextualizadas e reflexivas.

Nesse sentido, investigações recentes destacam a necessidade de compreender como as avaliações externas são abordadas nos cursos de licenciatura e quais espaços ocupam na formação inicial de professores, considerando seus efeitos sobre as práticas escolares e a construção da qualidade educacional (Garcia; Miranda, 2024). Além disso, estudos evidenciam que, na educação básica, a funcionalidade das avaliações externas depende diretamente da capacidade das escolas e dos docentes de interpretar criticamente seus resultados e integrá-los ao planejamento pedagógico (Silva; Souza, 2022).

Diante desse cenário, torna-se fundamental aprofundar a discussão sobre a avaliação externa em larga escala, analisando seus fundamentos, impactos e possibilidades de uso pedagógico, bem como os desafios relacionados à formação docente e à gestão escolar, de modo a contribuir para práticas avaliativas mais democráticas, formativas e contextualizadas.

O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa bibliográfica, de abordagem qualitativa, voltada à análise das avaliações externas em larga escala e

de seus impactos na gestão escolar e no trabalho docente no contexto educacional brasileiro. A opção pela pesquisa bibliográfica fundamenta-se na necessidade de compreender os principais referenciais teóricos, conceituais e críticos relacionados às políticas de avaliação educacional e aos efeitos desses instrumentos sobre a organização pedagógica das escolas.

O levantamento das produções científicas foi realizado entre os meses de março e abril de 2025, considerando publicações produzidas no período de 2015 a 2024, com prioridade para estudos publicados nos últimos cinco anos, em conformidade com as recomendações da revista. As buscas ocorreram nas bases Google Acadêmico, SciELO e Periódicos CAPES, por concentrarem relevante produção científica na área da Educação.

Para a seleção dos estudos, utilizaram-se os descritores: “avaliação externa”, “avaliação em larga escala”, “gestão escolar”, “trabalho docente”, “políticas educacionais” e “avaliação educacional”, combinados conforme os objetivos da pesquisa. Foram incluídos artigos científicos, dissertações, teses e trabalhos publicados em anais de eventos acadêmicos que abordassem a temática das avaliações externas no contexto da educação básica brasileira. Excluíram-se produções duplicadas, textos sem aderência ao objeto de estudo e materiais sem fundamentação acadêmica consistente.

Avaliações Externas em Larga Escala no Contexto Brasileiro

As avaliações externas em larga escala no Brasil emergem em um contexto marcado pela ampliação do papel do Estado na regulação das políticas educacionais e pela necessidade de produzir indicadores capazes de mensurar a qualidade da educação básica.

A partir da década de 1990, em consonância com reformas administrativas e educacionais de caráter gerencial, “o país passou a estruturar sistemas nacionais e subnacionais de avaliação com foco no desempenho dos estudantes e na eficiência dos sistemas de ensino” (Alavarse; Chappaz; Freitas, 2021).

Esse movimento está inserido em um cenário internacional de difusão de políticas de avaliação e responsabilização, impulsionado por organismos multilaterais e por discursos que associam qualidade educacional a resultados mensuráveis.

No Brasil, as avaliações externas passaram a ser compreendidas como instrumentos estratégicos para o monitoramento das redes de ensino, a formulação de políticas públicas e a comparação de resultados entre escolas, municípios, estados e regiões (Arcas *et al.*, 2019, p. 10).

Inicialmente, essas avaliações tinham caráter amostral e diagnóstico, com o objetivo de fornecer subsídios para a melhoria das políticas educacionais. No entanto, ao longo do tempo, observa-se um processo de consolidação e expansão dessas práticas, “marcado pela ampliação da abrangência dos exames, pela divulgação pública dos resultados e pela incorporação de indicadores educacionais como referência para a gestão e o planejamento educacional” (Chappaz; Alavarse, 2018).

A consolidação das avaliações externas em larga escala também se deu por meio de sua institucionalização normativa e administrativa, tornando-se parte estruturante das políticas educacionais. Esse processo, entretanto, não ocorreu sem controvérsias, uma vez que pesquisadores apontam tensões entre a função diagnóstica das avaliações e seu uso como mecanismo de controle, ranqueamento e responsabilização das escolas e dos profissionais da educação (Pinto, 2015).

O Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) constitui o principal eixo das avaliações externas em larga escala no Brasil. Criado no final da década de 1980 e reformulado ao longo dos anos, o Saeb passou de um sistema amostral para uma avaliação censitária, abrangendo diferentes etapas e modalidades da educação básica. Sua estrutura inclui provas padronizadas e questionários contextuais, permitindo a análise do desempenho dos estudantes e de fatores associados à aprendizagem (Alavarse; Chappaz; Freitas, 2021, p. 15).

A partir do Saeb, foram criados indicadores sintéticos, como o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), que passaram a ocupar posição central no debate educacional e na formulação de metas para os sistemas de ensino. “Esses indicadores reforçaram a lógica de resultados e intensificaram a utilização das avaliações externas como instrumentos de regulação e monitoramento das políticas públicas educacionais” (Arcas *et al.*, 2019).

Paralelamente ao Saeb, estados e municípios desenvolveram seus próprios sistemas de avaliação externa, muitas vezes alinhados às matrizes e aos pressupostos do sistema nacional. “Essas avaliações subnacionais buscam produzir diagnósticos mais frequentes e contextualizados, além de subsidiar ações de formação, intervenções pedagógicas e políticas de bonificação ou incentivos” (Chappaz; Alavarse, 2018).

Entretanto, a multiplicação de avaliações externas tem gerado desafios para as escolas e os professores, que frequentemente se veem submetidos a diferentes exames, calendários e exigências. Estudos indicam que, em muitos casos, as avaliações estaduais e municipais reforçam práticas de ensino voltadas para os testes, contribuindo para a redução curricular e para a priorização de conteúdos avaliados em detrimento de uma formação mais ampla e integral (Pinto, 2015, p. 10).

As avaliações externas em larga escala têm como objetivos declarados o diagnóstico da aprendizagem, o monitoramento da qualidade da educação e o apoio à tomada de decisões no âmbito das políticas públicas. “Por meio de indicadores de desempenho, essas avaliações pretendem identificar desigualdades educacionais, acompanhar a evolução dos sistemas de ensino e orientar ações de melhoria” (Silva; Souza, 2022).

Os indicadores produzidos a partir dessas avaliações, especialmente aqueles de caráter sintético, passaram a exercer forte influência sobre a gestão educacional e o cotidiano escolar. Resultados de desempenho são frequentemente utilizados

para estabelecer metas, “ranquear escolas e redes de ensino e definir políticas de responsabilização, o que modifica a relação das instituições escolares com o processo avaliativo” (Alavarse; Chappaz; Freitas, 2021).

No entanto, diversos estudos problematizam os usos efetivos desses resultados, destacando que a apropriação pedagógica dos dados ainda é limitada. A ausência de formação adequada em avaliação educacional dificulta a interpretação crítica dos resultados por parte de gestores e professores, favorecendo leituras simplificadas e tecnicistas, centradas apenas em números e classificações (Freitas, 2019, p. 10; Garcia; Mielo; Wandercil, 2023, p. 10).

Além disso, pesquisadores apontam que o uso dos resultados das avaliações externas nem sempre contribui para a melhoria das práticas pedagógicas, especialmente quando os dados são utilizados prioritariamente para controle e responsabilização. “Nesses casos, as avaliações tendem a reforçar pressões sobre o trabalho docente e a reduzir a autonomia pedagógica das escolas” (Garcia; Miranda, 2024).

Diante desse cenário, torna-se fundamental repensar os objetivos e os usos das avaliações externas em larga escala, de modo a fortalecer sua função formativa e diagnóstica. Isso implica investir na formação inicial e continuada de professores, promover espaços coletivos de análise dos resultados e reconhecer os limites desses instrumentos, compreendendo a avaliação como parte de um processo educativo mais amplo e contextualizado (Silva; Souza, 2022).

Avaliação Externa, Gestão Escolar e Trabalho Docente

A ampliação e a consolidação das avaliações externas em larga escala no contexto educacional brasileiro têm provocado mudanças significativas na gestão escolar e no trabalho docente. Ao se tornarem instrumentos centrais das políticas educacionais, essas avaliações passaram a influenciar a organização das escolas, os processos decisórios da gestão e as práticas pedagógicas desenvolvidas em sala de aula, configurando novas formas de regulação do sistema educacional (Alavarse; Chappaz; Freitas, 2021).

Do ponto de vista da gestão escolar, os resultados das avaliações externas são frequentemente utilizados como referência para o planejamento institucional, a definição de metas e o monitoramento do desempenho da escola. Gestores escolares são pressionados a responder aos indicadores produzidos por esses exames, o que pode fortalecer práticas de acompanhamento pedagógico, mas também intensificar uma lógica de responsabilização centrada em resultados numéricos (Arcas *et al.*, 2019). Nesse contexto, a gestão tende a assumir um papel mediador entre as demandas dos sistemas de ensino e o cotidiano pedagógico da escola.

Entretanto, pesquisas indicam que a centralidade atribuída aos resultados das avaliações externas pode gerar tensões na gestão escolar, especialmente quando os indicadores passam a ser utilizados como critérios de comparação entre

escolas e redes. Essa lógica pode induzir práticas voltadas para o cumprimento de metas, em detrimento de ações pedagógicas contextualizadas e alinhadas às necessidades específicas dos estudantes (Pinto, 2015). Além disso, a pressão por resultados pode comprometer a autonomia da escola e reduzir a participação coletiva na construção do projeto pedagógico.

No que se refere ao trabalho docente, as avaliações externas em larga escala impactam diretamente o planejamento, a seleção de conteúdos e as estratégias de ensino. Estudos apontam que professores frequentemente adaptam suas práticas para atender às exigências dos exames, priorizando conteúdos e habilidades avaliados, o que pode resultar na redução curricular e na padronização do ensino (Chappaz; Alavarise, 2018). Esse fenômeno, conhecido como “ensino para o teste”, evidencia os efeitos das avaliações externas sobre a prática pedagógica cotidiana.

Além disso, a forma como os resultados das avaliações são apresentados e utilizados tende a influenciar a percepção dos docentes sobre seu próprio trabalho. Quando os dados são utilizados predominantemente para controle e responsabilização, os professores podem vivenciar sentimentos de desvalorização profissional, perda de autonomia e intensificação do trabalho, sobretudo em contextos de vulnerabilidade social (Alavarise; Chappaz; Freitas, 2021). Essas condições contribuem para o agravamento de tensões no ambiente escolar e para o enfraquecimento do trabalho coletivo.

Outro aspecto relevante diz respeito à participação docente nos processos decisórios relacionados às avaliações externas. Pesquisas evidenciam que os professores, em muitos casos, são pouco envolvidos na definição, na análise e no uso dos resultados dessas avaliações, o que limita seu potencial formativo e pedagógico (Chappaz; Alavarise, 2018). A ausência de espaços de diálogo e reflexão coletiva dificulta a construção de práticas avaliativas mais democráticas e contextualizadas.

Por outro lado, alguns estudos apontam possibilidades de ressignificação das avaliações externas no âmbito da gestão escolar e do trabalho docente. Quando apropriados de forma crítica, os resultados podem subsidiar o planejamento pedagógico, orientar ações de formação continuada e contribuir para a identificação de fragilidades e potencialidades no processo de ensino e aprendizagem (Silva; Souza, 2022). Nesses casos, a gestão escolar desempenha papel fundamental ao promover espaços coletivos de análise dos dados e ao incentivar a participação dos professores.

A efetividade dessas ações, contudo, está diretamente relacionada à formação dos gestores e docentes em avaliação educacional. A ausência de conhecimentos teóricos e metodológicos sobre avaliação limita a compreensão dos indicadores e reforça usos simplificados dos resultados, centrados apenas em rankings e metas (Freitas, 2019; Garcia; Mielo; Wandercil, 2023). Assim, a formação continuada emerge como elemento estratégico para fortalecer uma cultura avaliativa mais reflexiva e formativa.

Caminhos para a Gestão Escolar Frente às Avaliações Externas em Larga Escala

Diante das tensões e desafios associados às avaliações externas em larga escala, torna-se fundamental avançar para além do diagnóstico crítico, delineando possibilidades concretas de atuação no âmbito da gestão escolar. Nesse sentido, a gestão pode desempenhar papel estratégico na mediação entre as demandas dos sistemas de avaliação e a construção de práticas pedagógicas contextualizadas e formativas.

Um primeiro caminho refere-se à apropriação crítica e contextualizada dos dados educacionais. Isso implica superar leituras meramente quantitativas dos indicadores, promovendo sua análise à luz das especificidades da escola, do território e do perfil dos estudantes. A gestão escolar pode instituir rotinas sistemáticas de estudo e discussão dos resultados, envolvendo o coletivo docente em espaços como reuniões pedagógicas e conselhos de classe, de modo a transformar os dados em instrumentos de reflexão e não apenas de controle. Nessa perspectiva, a compreensão e o uso dos dados se fortalecem no trabalho coletivo, pois, como afirma Freire (1987, p. 68), “ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam em comunhão, mediatizados pelo mundo”, ressaltando o caráter colaborativo, contextual e formativo dos processos educativos.

Outro aspecto central diz respeito à organização coletiva do trabalho pedagógico. A gestão pode fomentar a construção de estratégias didáticas articuladas ao projeto político-pedagógico da escola, evitando que os resultados das avaliações externas conduzam a práticas fragmentadas ou ao ensino voltado exclusivamente para os testes. Nesse contexto, destaca-se a importância de preservar a diversidade curricular e assegurar uma formação integral dos estudantes, mesmo diante das pressões por desempenho em indicadores específicos.

Além disso, é fundamental que a gestão desenvolva estratégias de mitigação dos efeitos da lógica de responsabilização. Isso envolve a construção de uma cultura institucional baseada na corresponsabilidade, na qual os resultados educacionais sejam compreendidos como frutos de múltiplos fatores – e não atribuídos exclusivamente ao desempenho individual de professores ou turmas. Essa compreensão contribui para produzir processos de culpabilização e fortalecer o trabalho colaborativo.

A gestão escolar também pode atuar na articulação entre avaliação externa e avaliação formativa interna, integrando diferentes instrumentos e práticas avaliativas. Ao valorizar processos contínuos de acompanhamento da aprendizagem, a escola amplia as possibilidades de intervenção pedagógica e reduz a centralidade dos exames padronizados como únicos referenciais de qualidade.

Por fim, destaca-se a necessidade de investimento na formação continuada de gestores e professores em avaliação educacional, condição indispensável para o uso qualificado dos dados e para a construção de práticas avaliativas mais democráticas, reflexivas e emancipadoras. Nesse sentido, a gestão assume papel

fundamental como liderança pedagógica, capaz de mobilizar saberes, promover diálogo e ressignificar os usos das avaliações externas no cotidiano escolar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A avaliação externa em larga escala consolidou-se como um dos principais instrumentos das políticas educacionais brasileiras, exercendo influência significativa sobre a gestão escolar e o trabalho docente. Conforme discutido ao longo deste estudo, tais avaliações extrapolam sua dimensão técnica, configurando-se como mecanismos de regulação que impactam diretamente a organização pedagógica, a autonomia profissional e as dinâmicas institucionais das escolas.

Embora contribuam para a produção de diagnósticos relevantes sobre a aprendizagem, seu uso predominante como instrumento de controle e responsabilização tende a induzir práticas pedagógicas reducionistas, favorecer a padronização do ensino e intensificar pressões sobre gestores e professores. Esse cenário evidencia a necessidade de problematizar não apenas os instrumentos avaliativos em si, mas, sobretudo, os modos como seus resultados são apropriados no contexto educacional.

Nesse sentido, o estudo reforça que a superação desses limites não depende da negação das avaliações externas, mas de sua ressignificação no âmbito da gestão escolar. A atuação da gestão como instância mediadora revela-se central para transformar indicadores em ferramentas de reflexão pedagógica, promover o trabalho coletivo e garantir a articulação entre avaliação, currículo e projeto político-pedagógico.

Destaca-se, ainda, que a construção de uma cultura avaliativa mais formativa e democrática requer o fortalecimento da formação docente e da participação dos professores nos processos de análise e uso dos dados educacionais. Somente por meio de uma apropriação crítica, contextualizada e colaborativa será possível ampliar o potencial formativo das avaliações externas e reduzir seus efeitos negativos.

Conclui-se, portanto, que os impactos das avaliações externas em larga escala não são determinados exclusivamente por sua estrutura, mas pelos usos que delas se fazem no cotidiano escolar. Assim, cabe à gestão educacional assumir um papel ativo na construção de práticas que, em vez de reforçar a lógica de controle, contribuam para a promoção de uma educação mais justa, reflexiva e comprometida com a formação integral dos estudantes.

REFERÊNCIAS

ALAVARSE, Ocimar Munhoz; CHAPPAZ, Raissa de Oliveira; FREITAS, Pâmela Felix. **Avaliações da Aprendizagem Externas em Larga Escala e Gestores Escolares: características, controvérsias e alternativas.** Cadernos de Pesquisa, v. 28, n. 1, p. 250, 2021.

ARCAS, Paulo Henrique; ALAVARSE, Ocimar Munhoz; BRAVO, Maria Helena de Aguiar; CHAPPAZ, Raíssa de Oliveira. **Avaliações externas estaduais no contexto do Saeb: problematizando objetivos e justificativas**. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE POLÍTICA E ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO. 29, 2019. Anais... Brasília: ANPAE, 2019. p. 225-229.

CHAPPAZ, Raíssa Oliveira; ALAVARSE, Ocimar Munhoz. **Avaliação externa na Rede Municipal de Ensino de São Paulo: os desafios da participação docente**. Cadernos Cenpec, v. 7, n. 2, p. 88-111, 2018.

FREITAS, Pâmela Félix. **Formação docente em avaliação educacional: lacunas, consequências e desafios**. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, p. 68.

GARCIA, Paulo Sérgio; MIRANDA, Nonato Assis de. As avaliações externas e em larga escala na formação inicial de professores no Brasil: que espaço elas ocupam? **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 40, 2024. Dossiê: Qualidade, aprendizagem e avaliação sistêmica: discursos dos organismos internacionais para os países latino-americanos.

GARCIA, Paulo Sérgio; MIELO, Ericlerson; WANDERCIL, Marco. Formação de Professores em Avaliação Educacional: Um estudo sobre as matrizes e as ementas dos cursos de licenciatura em Pedagogia. **Revista on line de Política e Gestão Educacional**, Araraquara, v. 27, p. e023063, 2023.

PINTO, R. A. **As avaliações externas e a escola: compreensão de um grupo de professores e algumas possibilidades para a sala de aula de Matemática**. Universidade Federal de Ouro Preto, 2015.

SILVA, Raquel Almeida da; SOUZA, Maria de Fátima Matos de. Avaliações externas em larga escala e sua funcionalidade na Escola Básica. **Research, Society and Development**, v. 11, n. 7, e23011729867, 2022.